

• Política



CONSTITUINTE

Subcomissão propõe criação de regiões de desenvolvimento

por Eliana Simonetti de Brasília

A criação de regiões de desenvolvimento econômico, com conselhos regionais para aprovar planos comuns a estados limítrofes e normas gerais para a concessão de benefícios fiscais no interesse da região, entre outras coisas, foi proposta no anteprojeto do deputado Aloysio Chaves (PFL-PA), relator da subcomissão de municípios e regiões da Assembléia Nacional Constituinte.

A organização dos municípios, no anteprojeto, permanece inalterada. As novidades foram introduzidas no capítulo do sistema tributário, onde se determina que compete aos municípios instituir taxas remuneratórias de despesas com segurança e prestação de serviços públicos. Essas taxas "não terão gerador próprio de impostos, nem serão graduadas em função do valor financeiro ou

econômico do bem", diz o texto proposto.

Além dessas taxas, os municípios podem instituir contribuições especiais de custeio de obras ou serviços e de melhoria, arrecadada dos proprietários de imóveis valorizados por obras públicas. Os impostos municipais incidirão sobre a propriedade predial e territorial urbana, a propriedade territorial rural, a aquisição de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, a renda de bens imóveis, as vendas a varejo e a locação de bens móveis e arrendamento mercantil.

Para atender às solicitações dos municípios, o projeto determina que a parcela dos impostos federais e estaduais pertencentes a eles seja creditada no momento da arrecadação de cada imposto, e fica proibida a concessão de isenção, pela União ou pelos estados, a tributos de competência dos municípios.

Brasília poderá ter eleições diretas em 88

por Eliana Simonetti de Brasília

As primeiras eleições para governador, vice-governador e Assembléia Legislativa do Distrito Federal serão realizadas no dia 15 de novembro de 1988, tomando posse os eleitos no dia primeiro de janeiro de 1989, caso seja mantida a proposta do deputado Luiz Carlos Sigmaringa de Seixas (PMDB-DF), relator da subcomissão da União, Distrito Federal e território da Assembléia Nacional Constituinte. O próprio Sigmaringa, no entanto, considera difícil que seu anteprojeto passe incólume no plenário. Ele espera, por exemplo, emendas propondo que, em vez de governador, o Distrito Federal, considerado como município, tenha um prefeito, e uma Câmara de Vereadores no lugar da Assembléia Legislativa proposta.

A primeira representação na Assembléia Legislativa do DF votará a lei orgânica do Distrito Federal, dotado de autonomia política, legislativa, administrativa e financeira. Essa lei poderá estabelecer descentralização administrativa

do DF e instituir, nas administrações regionais, conselhos comunitários, nos quais admitirá a participação popular mediante representação. Os deputados da Assembléia Legislativa serão eleitos, de acordo com o anteprojeto, por voto distrital.

Os atuais territórios de Roraima e Amapá serão transformados em estados. Além das questões específicas, Sigmaringa elaborou uma proposta tratando da organização do Estado brasileiro, onde, entre outras coisas, é assegurada aos estados e municípios litorâneos a participação no resultado da exploração econômica da plataforma continental e do mar territorial, bem como a todos os estados e municípios e ao Distrito Federal a participação no resultado da exploração econômica dos recursos minerais do subsolo. O deputado considera importante outra idéia, contida no anteprojeto: a de que as grandes obras que colocam em risco o equilíbrio ecológico de uma região só sejam realizadas após plebiscito junto à população da região atingida.

Relatório propõe aumento da ação do Estado na economia

por Francisca Stella Fogá de Brasília

As empresas privadas nacionais poderão ter tratamento diferenciado para a concessão de incentivos e nas concorrências públicas. O capital estrangeiro será admitido no interesse nacional, podendo ser vedado em setores definidos por lei. O Estado exercerá as funções produtiva, normativa e reguladora da atividade econômica, mas somente por autorização de lei poderá criar empresas estatais.

Em síntese, esse é o esboço que o deputado Virgildácio de Senna (PMDB-BA), relator da subcomissão de princípios gerais da ordem econômica da Constituinte, traça para a convivência entre capital estrangeiro, privado e estatal na economia. No relatório, apresentado ontem à subcomissão, o deputado sistematizou um conjunto de 603 propostas encaminhadas à Constituinte e as posições que

considerou dominantes na subcomissão.

Senna propõe uma nova conceituação de empresa privada nacional: "É aquela constituída e com sede no País, na forma da lei, cujo controle decisório e de capital pertença a brasileiros", estabelece o anteprojeto. O objetivo, de acordo com o deputado, é fortalecer a empresa nacional.

O Estado, pela proposta, deixa de ter função meramente supletiva da iniciativa privada. Pode exercer qualquer atividade econômica, desde que autorizado por lei, subordinado à vontade da sociedade. Quando a atividade não for monopolística, as estatais teriam igualdade de tratamento em relação às empresas privadas. A proposta assegura o monopólio do petróleo e dos materiais nucleares.

O relator manifestou a preocupação de impedir a concentração econômica e evitar o domínio do setor financeiro. Propõe restrição

aos bancos de depósito de participarem de atividades estranhas ao seu setor. E reserva a atividade financeira a empresas privadas nacionais.

Ao Estado, o relatório atribui a função de proteger a poupança em todas as suas formas, em particular a dos pequenos poupadores.

Entre outras normas programáticas, o relatório estabelece que a lei deverá proteger as microempresas, concedendo-lhes tratamento e estímulos especiais, e também as cooperativas e outras formas de associativismo. Também os consumidores, segundo o relatório, devem ser protegidos por lei que lhes garanta segurança, saúde e defesa dos interesses econômicos.

SUBSOLO

O relatório assegura à União a propriedade do subsolo. A exploração dos recursos minerais e hídricos pode, pela proposta, ser feita por concessão a brasi-

leiros e a empresas nacionais. Quando a exploração se localizar em áreas de fronteiras ou em reservas indígenas, segundo a proposta, só poderá ser realizada por autorização do Congresso Nacional.

Das proposições que analisou ao elaborar o anteprojeto, o deputado constatou grande semelhança entre as relativas à valorização do trabalho, à livre iniciativa, à função social da propriedade, à harmonia entre os agentes produtivos, à repressão ao abuso de poder econômico e à expansão das oportunidades do emprego. Houve, segundo ele, consenso quase absoluto quanto ao regime de propriedade dos recursos minerais, que incorporou ao relatório. Houve também propostas destinadas a garantir o controle efetivo pela sociedade da questão do endividamento externo, sujeitando o pagamento da dívida às condições internas da economia brasileira.

Sugerida criação de 8 estados

por Eliana Simonetti de Brasília

A criação de oito novos estados no Brasil é a proposta do deputado Siqueira Campos (PDC-GO) em seu relatório apresentado à subcomissão dos estados na Assembléia Nacional Constituinte. São eles o Estado de Santa Cruz, resultado do desmembramento de uma área da Bahia, o Estado do Triângulo, na região do Triângulo Mineiro, o Estado do Maranhão do Sul, tendo a cidade de Imperatriz como capital, o Estado do Juruá, com a divisão do Estado do Amazonas, o Estado de Tapajós, resultado da divisão do Estado do Pará, com capital em Santarém, e o Estado de Tocantins, com o desmembramento de Goiás.

Conforme explicou o deputado, "os critérios usados para efeito desta criação foram históricos; de intuito desenvolvimentista, ou de ordem político-econômica". Na proposta, os territórios de Roraima e Amapá são transformados em estados e Fernando de Noronha é incorporado ao Estado de Pernambuco. O projeto, segundo Si-

queira Campos, é resultado da análise de 181 sugestões, das quais foram acolhidas 122. Foram rejeitadas, entre outras, as idéias de transformar em estados todas as capitais de mais de 15 milhões de habitantes e a de restauração do Estado da Guanabara, mediante plebiscito.

Para "dinamizar o processo", na questão dos limites interestaduais, é

criada, no anteprojeto, uma comissão de redivisão territorial do País, com quinze membros, sendo nove representantes natos do Congresso Nacional, cinco do Poder Executivo e um do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para, dentro de cinco anos da data da promulgação da Constituição, apresentar estudos e anteprojetos de criação de novas unidades

federadas. Os estados deverão, no prazo de cinco anos, a contar da promulgação da Constituição, promover a demarcação de suas linhas de fronteira.

As assembleias legislativas terão prazo de seis meses para elaborar as Constituições dos estados-membros, aprovadas por maioria absoluta em dois turnos de discussão e votação.

Proibição para usina nuclear

por Thaís Bastos de Brasília

Ao introduzir na Constituição o tratamento do tema ambiental no País, o relator da subcomissão de saúde, seguridade e meio ambiente, deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG), propõe a proibição do funcionamento de usinas nucleares no Brasil. "Angra dos Reis deve ser devolvida aos alemães ou implodida", afirma.

Baseando-se em 540 propostas recebidas, Mosconi sugere ainda, em seu relatório, que os gastos da União com saúde não se-

jam inferiores a 10% do PIB (hoje em torno dos 4%), devendo o Estado assumir o setor de forma a garantir a saúde pública e gratuita a todos os cidadãos. O relatório proíbe ainda a propaganda comercial de medicamentos, cigarros e bebidas alcoólicas, estipula benefícios iguais para previdência urbana e rural e determina que as aposentadorias não sejam inferiores ao poder aquisitivo dos trabalhadores na ativa.

MINORIAS

O relator Alcení Guerra (PFL-PR) considera ter

havido "grande avanço" no tratamento das minorias dentro do relatório apresentado ontem aos membros da subcomissão de minorias (negros, populações indígenas, pessoas deficientes).

Quanto aos negros, o relator cita o artigo segundo o qual o País não pode ter relações diplomáticas com nações desrespeitadoras dos direitos humanos — é o ponto mais polêmico da subcomissão no entender da constituinte Benedita da Silva (PT-SP), e a obrigatoriedade do ensino da história da população negra no Brasil desde o 1º ao 3º grau.